

A política urbana, os movimentos de moradia e o governo Lula. Mudanças e continuidades.

Cibele Maria Lima Rodrigues y Fundaj, Cibele.

Cita:

Cibele Maria Lima Rodrigues y Fundaj, Cibele (2009). *A política urbana, os movimentos de moradia e o governo Lula. Mudanças e continuidades. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1616>

A política urbana, os movimentos de moradia e o governo Lula

Mudanças e continuidades

Cibele Maria Lima Rodrigues
FUNDAJ, Cibele
rodrigues@fundaj.gov.br

Resumo

A pesquisa enfoca os processos de constituição de demandas dos movimentos e ongs articulados no Fórum Nacional da Reforma Urbana na sua relação com o Estado/governo, compreendendo que tais processos ocorrem sob o pano de fundo de uma cultura política. Mais especificamente, a análise tem por objeto as articulações políticas levadas a cabo na gestão do governo Lula, analisadas sob uma perspectiva histórica. A partir de uma leitura crítica do conceito de cultura política no Brasil, propomos uma definição que tem por base os estudos culturais de Hall, e, sobretudo, a leitura do conceito de hegemonia em Gramsci, bem como a definição de “manifestações coletivas” de Mutzenberg. Tomamos ainda como referência os textos de Marx, Engels e Lefebvre sobre o processo de formação do estado capitalista e as suas políticas de assistência, visando analisar as contradições na construção das políticas urbanas no Brasil. Ao longo dos diversos governos brasileiros, percebemos as diferentes formas de equivalência entre “pobres” e “favor e proteção” e entre “moradia popular” e “política de assistência”. Os discursos das elites sobre os pobres e sobre as lutas populares são carregados de estigmas que tem justificado a sua criminalização. Nesse sentido, tal percepção permeia a política urbana ao longo da história, sendo também incorporada

pelo senso comum como “favor”, ou seja, como parte da cultura política. Os agentes que defendem a moradia como um ‘direito social’, esbarram e até incorporam, em certo sentido, aquela concepção que refutam, devido à própria constituição histórica de tal demanda. Observamos que a política urbana tem reservado aos pobres programas pontuais de urbanização de favelas e construções de baixa qualidade, em consonância com o lugar do pobre no imaginário político. No governo Lula, as citadas redes têm conseguido lograr êxito em executar algumas de suas propostas, mas enfrentam as contradições inerentes à correlação de forças que compõem o referido governo. Assim, a representação no Conselho das Cidades é um processo que requer articulações múltiplas e enfrentamentos. Desse modo, a proposta inicial vai sofrendo mudanças, o que reflete e refrata a configuração política da gestão de Lula. Concluimos ainda que os agentes dos movimentos sociais constituem seus discursos a partir de diferentes interpretações de uma tradição das lutas sociais do campo das “esquerdas” que denominamos de tradição revolucionária. Refutamos algumas leituras da relação entre cultura política e movimentos sociais que se atém aos seus agentes e tratam da questão como uma nova cultura política (ou política cultural), apoiando nosso argumento na análise que, ao longo da história, tem se ‘sedimentando’ uma memória coletiva das lutas sociais, portanto uma tradição, que possibilita um impulso para a práxis. Por outro lado, verificamos que as manifestações coletivas são influenciadas, ambigualmente, por interpretações de elementos da cultura política hegemônica; por elementos libertários da “tradição revolucionária” (que inclui a “memória coletiva das lutas sociais”) e pela leitura da conjuntura política (em suas correlações de forças) que fazem definir as lutas possíveis.

Palavras-chave: cultura política, hegemonia, movimentos sem-teto, política urbana

A POLÍTICA URBANA, OS MOVIMENTOS DE MORADIA E O GOVERNO LULA: MUDANÇAS E CONTINUIDADES

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade discutir as lutas políticas na constituição da política habitacional, sob uma perspectiva histórica¹. Na atual conjuntura, o Fórum Nacional de Reforma Urbana tem sido protagonista na defesa do direito à moradia. O referido Fórum é uma rede movimentalista (Scherer-Warren, 2003) composta por movimentos populares (CMP, CONAM, UNMP, MNLM), Ongs, associações profissionais, articulados em torno da Reforma Urbana (Carvalho, 2007; Silva, 2002). Empiricamente, analisamos os discursos das políticas habitacionais voltada para as classes populares em consonância com a práxis dos movimentos sociais que lutam por moradia (*latu sensu*), consideramos estes como epifenômenos da cultura política. Assim, a forma como tal política tem sido empreendida (incluindo a relação estes movimentos) reflete e refrata a cultura política. No Brasil, o déficit habitacional básico está em torno de 5,8 milhões de moradias inadequadas, destas 4,1 milhões estão nas cidades (Fundação João Pinheiro², 2000) e 76,1% concentra-se nas famílias com renda até três salários mínimos. Esses dados não são apenas resultantes dos contraditórios processos de industrialização e urbanização brasileiros (Furtado, 2002), mas também da dificuldade de “incorporação” do discurso de “cidadania” (Carvalho, 2002), permanecendo a lógica das relações patrimoniais em que as ações estatais são concebidas como benesses, muito embora haja mudanças em curso.

2. UM CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA E AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Do ponto de vista teórico, “cultura política” é uma categoria hipostasiada de cultura, um artifício heurístico para delimitarmos o campo da política (Mouffe, 2002)³. Nas interpretações levadas a cabo por Hall (2003), cultura é uma “tradição” que vai sendo imposta de forma

¹ A análise aqui apresentada é parte da pesquisa de nossa tese que inclui uma análise histórica das “políticas para habitação popular” (*latu sensu*) e as demandas dos movimentos tendo por base a pesquisa de campo com os movimentos de luta por moradia iniciada em Alagoas e expandida para o Conselho Nacional das Cidades (Rodrigues, 2009).

² Para a Fundação João Pinheiro o déficit inclui coabitação familiar, domicílios improvisados e rústicos, podendo, remotamente, haver dupla contagem. O déficit urbano, por exemplo, é maior nos itens coabitação familiar e habitação em cômodos, segundo os dados de 2000. E o déficit rural é maior no item domicílios rústicos.

³ Concordamos com a distinção entre o político e a política, introduzida por Poulantzas, usada por Chantal Mouffe, para tratar do elemento político como constitutivo das relações sociais que se diferencia da política enquanto o conjunto de instituições (o que se chama de “sistema político”).

hegemônica, mas com diferentes traduções, em contextos particulares. Ao mesmo tempo em que uma “forma de interpretar” é imposta, propicia, dialeticamente, antagonismos que ameaçam a hegemonia porque desvelam as ambigüidades do que se apresenta como “verdade absoluta”⁴. Nessa perspectiva, a cultura política é uma espécie de imaginário político (Laclau, 1990), considerando-se que, ao longo da história, os diferentes sujeitos deixam marcas nas suas tentativas de impor e naturalizar interpretações que são circunstanciadas, ou o fetiche das instituições (Gramsci, 1984). Ao longo da história, inscreveram-se discursos e significantes que se tornaram objeto de luta política, a exemplo de termos como “justiça social”, “democracia”, “liberdade”. Estes, a cada contexto, vão ter significados singulares de acordo com as relações de poder⁵ (Laclau, 1990). Cada definição implica em uma forma singular de resolver as coisas. Assim, constituiu-se, por exemplo, o discurso hegemônico “liberal” que fixou (precariamente) os sentidos de liberdade e igualdade (entre outros). Ao mesmo tempo, se constituíram discursos de oposição e resistência a esse campo de discursividade, denunciando suas falhas. Ao antagonizar afirma-o e nega-o, dialeticamente.

Nessa perspectiva, as lutas políticas das redes movimentalistas expressam a contingência daquelas formas que se apresentam como necessárias⁶, elas são possíveis porque as formações hegemônicas não preenchem a totalidade, apenas simbolizam o desejo de uma sociedade reconciliada (Laclau, 2006, Zaretsky, 1994). Os sujeitos políticos elegem “demandas” como tentativas de completar uma falta que é ontológica (Lacan, 1996, Žižek, 1996). Tais demandas (liberdade, casa, emprego, direitos) se tornam o campo onde estão as saídas para saciar o desejo. Paradoxalmente, toda representação é uma ilusão necessária para possibilitar conviver com essa falta. Assim, as lutas se constituem a partir de pontos nodais que simbolizam o preenchimento da falta: conteúdos ou demandas equivalentes a outra série de conteúdos. Quanto maior o poder de criar equivalências maiores as possibilidade de identificação. E, quanto mais próximo da literalidade menor a possibilidade de inscrição de outros sentidos e identificações. Paradoxalmente, se o conteúdo é mais genérico, aumenta o poder de identificação, mas há “um esvaziamento do próprio sentido, onde as diferenças, as particularidades, sucumbem diante do equivalente.” (Mutzenberg, 2003 p. 51).

As redes movimentalistas “se constituem e constituem como espaços públicos de articulação de diferentes programas, conforme a concepção de Gramsci” (Mutzenberg 2003, p.

⁴ As contribuições de Stuart Hall têm por base os conceitos de Gramsci, Althusser e Derrida (Barrèt, 1996).

⁵ A política se instaura quando há um desentendimento sobre uma determinada “coisa” (Rancière, 1996), quando numa situação os interlocutores dizem a mesma palavra e não entendem a mesma coisa, não se trata de desconhecimento (nem mal-entendido) é disputa política, tal como a disputa de projetos políticos entre direita e esquerda (Mouffe, 2002).

⁶ Em Gramsci é a necessidade de “desnaturalizar” as ideologias propiciando a subversão (o momento ético-político).

51)⁷. A constituição de uma vontade coletiva não advém apenas da retórica, mas da re-significação de práticas que incidem sobre a cultura política (p.55) e da sua capacidade de convencimento. Esse processo de adesão inclui racionalidade e impulsos libidinais. Se a hegemonia descreve a lógica da política em seus atos de identificação os laços libidinais podem explicar a força desses processos (Laclau, 2006; Mouffe, 2002). Há pelo menos três tipos de manifestações coletivas possíveis: (1) as que expressam uma *aderência* a uma configuração hegemônica, numa forma naturalizada que proporciona padrões de *comportamento*; (2) as que se apresentam como *conflito* no interior de uma lógica hegemônica (discordando dos processos decisórios e operacionais), que podem ser interpretados como movimentos sociais *lato sensu*; (3) e as expressões *antagônicas* (negando os sentidos fixados e propondo novos sentidos), que são os movimentos sociais *stricto sensu*. São três formas analíticas como momentos inclusive de um mesmo sujeito político. Essas manifestações se estabelecem no campo de uma cultura política e de suas interpretações das normas e regulamentações formalizadas (Mutzenberg, 2002 p.196). A práxis política mobiliza “diferentes marcos de referência e repertórios” “que remetem a processos políticos sedimentados no campo das relações sociais e numa cultura política” (idem p.203)⁸.

Nesse sentido, podemos afirmar que as resistências ao capitalismo constituíram um campo de discursividade que denominamos “tradição dos revolucionários”, enquanto uma superfície mítica de inscrição de insatisfações com a modernidade, com os colonialismos. Possibilita a emergência de sujeitos políticos, no campo do associativismo (Gohn, 2005), mas também os partidos políticos de esquerda (Sader, 1995), bem como agentes que podem estar em diversas posições no aparato estatal, porque estamos pensando num princípio de leitura do mundo de intelectuais orgânicos que não aceitam os cânones liberais (Gramsci, 1995). Tais intelectuais agem a partir de um imperativo categórico (moral) em que a vontade geral deve prevalecer sobre a vontade individual se for para estabelecer uma comunidade justa (em certo sentido como na República de Platão ou no comunismo de Marx)⁹. Assim, nossa definição tem seu débito com o conceito de práxis em Marx, considerando ainda a memória coletiva das lutas sociais (Gohn, 2005;

⁷ As redes de movimentos sociais como espaços públicos de articulação de diferentes programas criam uma identidade composta. A identidade só pode ser um tipo de composição que agrupa temporariamente diferenças em torno de um programa. A unidade não elimina as diferenças e, a qualquer momento, pode haver ruptura (as famosas dissidências). O caráter metafórico da identidade é uma simplificação do campo social, definindo aliados e opositores, mas deixando aberta a possibilidade para a inscrição de diferentes significados no discurso.

⁸ Esse jogo de relações a que se refere se dá a partir das múltiplas relações possíveis em quatro âmbitos de atuação dos grupos estudados: organização interna; participação (conselhos); população (redes primárias e meios de comunicação); articulação (redes políticas, fóruns, redes de apoio locais, internacionais).

⁹ Um “horizonte do desejo” que inclui uma espécie de “dever moral” que busca uma “emancipação” total. Semelhante à promessa cristã de redenção, que deixa um hiato intransponível entre a encarnação e a utopia: entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens de Agostinho, estas usadas somente como metáforas para pensar a tensão entre o puro e o impuro, entre a idéia essencial e sua encarnação ambígua. Por exemplo, Marx iniciou uma importante crítica à noção de indivíduo atomizado da economia política, acreditando na possibilidade da solidariedade entre as pessoas.

Foweraker,1995)¹⁰. Os discursos das lideranças (intelectuais orgânicos dos movimentos) são constituídos na tensão entre a cultura política e a “tradição dos revolucionários”, buscando se identificar com esta tradição, mas imersos naquela cultura. Assim, nem sempre suas manifestações são de antagonismo. O famoso debate entre revolucionários e reformistas se dá devido às diversas interpretações possíveis desta tradição.

3 – Políticas Urbanas e Cultura Política

As políticas urbanas e lutas populares por moradia podem ser analisadas como expressão da cultura política. Assim, a famosa questão urbana vem à baila. Segundo Lefebvre (1999 p.42) a vitória da burguesia urbana engendrou no plano econômico: a indústria; no plano político: o estado; no plano cultural: a modernidade; no plano social: a propriedade imobiliária. A cidade possibilitou universalizar a concorrência ao radicalizar o comércio internacional. Houve um processo de imposição de uma história e cultura mundiais. Uma interpretação singular apresentada como universal (Weber,1977). Nesse processo, a democracia moderna é uma nova superfície de inscrição de insatisfações contra os regimes absolutistas¹¹, ela recoloca o problema da liberdade na cena política ao criar a metáfora do “povo soberano” em substituição ao “monarca soberano”; não para resolver o problema do poder, antes para constituir o lugar vazio do poder, acirrando as disputas sobre quem ocuparia (e de que forma) o lugar das decisões (Santos, 1998).

Para Marx (1995), a burguesia não tendo como resolver os “males sociais” intrínsecos ao capitalismo atribuiu causas paralelas a estes (indolência dos pobres, intrigas da oposição). O autor tenta mostrar como, na Inglaterra, o Estado criou a noção de *assistência social* para tentar encobrir a pobreza das (e nas) cidades, uma primeira versão das “políticas sociais”. Estas representam vãs tentativas de suturar as fraturas (insuturáveis) do capitalismo, mas sanando parcialmente as faltas. Ao instituir o exército de desempregados torna a crise de habitação constitutiva do sistema, criando a “necessidade” de um aparato estatal que se ocupe dessa “falha”, tentando, em vão, supri-la.

Em Lefebvre (1999) encontramos uma referência importante para compreensão da política habitacional para as camadas populares. O exemplo vem do projeto de “construir habitações operárias com ajuda do Estado”, na Alemanha de 1872. Para Engels foi uma maneira de perpetuar

¹⁰ A memória é melhor qualificada nas formulações de Pollack (1989), em que memória inclui lembranças e esquecimentos, traumas sofridos e relações de poder, como uma memória discursiva (de interpretações em disputa). Em determinados momentos a memória emerge como importante impulso para sua práxis política, possibilitando que os agentes reinventem a tradição e lutem contra o esquecimento (Thiesen e Santana, 2006).

¹¹ O que não implica em garantias de que os regimes ditos democráticos sigam o “modelo”, nem tampouco que não haja regimes ditatoriais.

as relações capitalistas (idem p. 116). O projeto incluía a construção de “casas de campo”¹² era uma forma de organizá-los “o menos mal possível”, institucionalizando a segregação. Essa “forma” de ação estatal está presente como “espírito” das intervenções dos governos no Brasil. Nesse sentido, os conteúdos se diferenciam, mas recorrem a essa concepção que associa política de moradia e “assistencialismo”, podemos considerar uma inscrição na “cultura política” (Castells, 1983a p. 48). Ao instituir essa “forma” de resolver a questão criou a possibilidade de reivindicar-se o cumprimento da promessa. Em geral, é a luta pelo acesso a um “bem de consumo”, traduzido, por alguns, como “direito à moradia” a partir da interpretação de uma contradição performática do Estado (Rancière, 1996)¹³.

4 – AS DISPUTAS NO BRASIL

No Brasil, a “mercadoria” habitação não pode ser facilmente adquirida devido à discrepância entre seu valor e os salários (Maricato, 2000). No espaço urbano há uma clara segregação em termos de “tipos” de moradia¹⁴. Para os analistas das políticas urbanas (Lima, 2007; Lorenzetti, 2001; Maricato, 2000; Santos, 1999; Souza, 1997; Vasconcelos e Cândido Jr, 1996;), a atuação do Estado não foi determinante na resolução do problema da habitação e as populações pobres ficaram excluídas das ações de planejamento nas cidades. As “reformas urbanas” (quando aconteceram) expulsaram os pobres para mais longe do centro, como políticas de “controle sanitário”¹⁵ (Lorenzetti, 2001), deixando os melhores terrenos para o deleite do mercado imobiliário. Se a segregação espacial dissimula a pobreza para esconder a parte viva do capital (Lefebvre, 1999), os pobres foram ainda simbolizados como “impuros” e obstáculo à modernização das cidades. Esse discurso afirma algo de uma sociedade em que vigoram regras

¹² É o que hoje chamamos de subúrbio ou periferia.

¹³ Segundo Calderón e Jélin (1987), ao colocar as lutas urbanas rompe-se com a centralidade dos movimentos sociais nas lutas dos operários e camponeses. Rancière (1996) defende que no seio de toda argumentação e de todo litígio argumentativo político, existe um antagonismo primeiro que incide sobre o entendimento da linguagem, gerando a disputa sobre o sentido a ser dado a uma palavra. Todo movimento social é fruto desse desentendimento, todo movimento social é um sujeito político. Isto ocorre porque a existência de uma cena comum da palavra que permite a definição da ordem social não implica igualdade de concepções sobre as “coisas”. Em Rancière, a cena política é a cena da comunidade na expressão do seu paradoxo que coloca em comum o conflito. Possuem uma linguagem comum que permite a comunicação entre os seres falantes, mas que expõe o dano, no caso o dano é a reivindicação posta pelo movimento social. Assim, qualquer “demanda” é a exposição desse dano e se constitui como objeto político, então, como afirma Pickvance (2003), não há como distinguir demandas materiais e demandas políticas pois, na cena pública, todas são demandas políticas.

¹⁴ Segundo Fraya Frehse (2005), o trabalho de Gilberto Freyre é pioneiro ao tratar das cidades oitocentistas associando à dinâmica da urbanização ao aumento das distâncias sociais entre dominante e dominados. Há também menções em Raízes do Brasil (de Holanda) sobre os efeitos da expansão urbana.

¹⁵ Ainda no final do século XIX, Maria Silvia Lorenzetti (2001) aponta que o governo já demonstrava preocupação com a questão urbana quando há registros de decretos “concedendo a empresas incentivos à construção de casas para operários e classes pobres”.

culturais hierárquicas que naturalizam a desigualdade (Telles, 2006, Martins, 2002). Assim, os pobres não são sujeitos de direitos e “para eles é reservado o espaço da *assistência social*, cujo objetivo não é elevar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria.” (Telles, 2006 p. 95). Esse discurso, enquanto constitutivo da cultura política está espalhado no senso comum. As lutas sociais se constituíram nas bordas dessa cultura política (Telles, 2006; Gohn, 1997a, 2001).

Assim, além das desigualdades há no imaginário político uma associação entre pobres e caridade que se revela na política habitacional. A relação de favor (e negação dos direitos) é expressa na política de construir conjuntos habitacionais e doar aos pobres. De uma forma geral, essa “política” é interpretada como uma benesse (por quem concede e por quem recebe) e, por conseguinte, se torna um caminho para o clientelismo que ainda persiste (Fontes, 1995). Essa política tem início nos anos 40 (século XX) e tem relações com as linhas de financiamentos das agências multilaterais. Mesmo tendo criado essa possibilidade há ainda o desprezo pelas populações que vivem nas periferias. Em alguns contextos, as autoridades governamentais só conseguem vislumbrar essa parcela da população quando elas se tornam um incômodo à “ordem”¹⁶, do contrário, permanecem invisíveis. É nesse cenário que passam a acontecer as mobilizações urbanas contra essa espoliação (Kowarick, 1985) A mensagem para os agentes das lutas sociais é compreendida como “**o estado só atua para “atender” as suas demandas quando os agentes fazem pressão pública**” (o que persiste até os dias atuais). Mesmo assim há dificuldade para mobilizar as pessoas porque a força do “senso comum” naturaliza a necessidade de caridade. Assim, algumas lideranças acreditam que o *discurso da assistência*¹⁷ pode conseguir “convertê-los”. Nesse contexto, quando conseguem se articular em torno de uma bandeira de luta é um ganho, que se deve a esforços catequizadores. Na memória coletiva há um repertório das formas que são mais eficazes de pressão (Gohn, 2001), mas como as contendas não são facilmente aceitas como legítimas ou racionais há um ‘repertório’ de formas de repressão e ameaça.

As lutas urbanas foram se modificando ao longo do tempo, e nos anos 60, o discurso da Reforma Urbana tomou forma através dos intelectuais orgânicos do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que tinha o sentido de desenvolvimento e distribuição de renda (Carvalho, 2007). Com a ditadura militar (1964-1985), o desenvolvimento passa a ter o sentido de concentração de renda e

¹⁶ Mas, em alguns casos, atendem as demandas como “caridade”, não como reconhecimento de sua racionalidade e justiça.

¹⁷ Uma liderança afirmou: “conscientizar que eles estão naquela situação de miséria e que eles têm que sair, e **eles não estão pensando no amanhã**, eles estão pensando no hoje, eles estão com fome. **Então você tem que trabalhar a questão da assistência e depois com a participação e depois politizá-los**, conscientizá-los de que eles precisam sair daquela situação (...) é um processo muito lento, trabalhar com eles é *você fazer um parto com ameaça de aborto*(...) são pessoas excluídas pra eles tanto faz tá vivendo como não tá. (Athayde, 2008)

poder¹⁸. A criação do Banco Nacional de Habitação¹⁹ aportou massas de capital subsidiado para as empresas imobiliárias (Tavares, 2007) e produziu um **“mercado imobiliário artificialmente cativo e totalmente dependente dos recursos públicos”** (Rolnik, 1996). Era a privatização dos lucros e socialização dos ganhos através do discurso da burocracia tecnicista (Santos, 1999 p. 16)²⁰, mas se tratava de uma **política excludente** (continuando o desprezo pelos pobres). Significantes vão sendo inscritos: “subornos”, “superfaturamento de obras”, em certo sentido, dando novos significados ao ‘patrimonialismo’. Tais práticas de corrupção acabaram sendo naturalizadas, apagando as contingências e as relações de poder em que foi instituído. E ainda permanecem.

As décadas de 80 e 90 se caracterizaram por “ações segmentadas, sem articulação adequada a uma política consistente” (IPEA 1989, p.34). Reforçaram a **vinculação entre habitação e assistência social, com o sentido de assistencialismo**²¹. Nesse período, passa a haver uma suposta valorização das favelas e cortiços como locais de moradia, enfatizando sua “urbanização”, sobretudo pelo Banco Mundial (Lima, 2007 p.44). A “participação” da comunidade se torna um elemento positivo (Lima, 2007), mas **participação tem o sentido de eficácia, de diminuir os gastos**²²: “práticas de mutirões e autoconstrução em lotes urbanizados”; “melhorias das habitações precárias” feitas pelos próprios moradores, sem insistir na remoção (a essa altura já estavam as

¹⁸ Sobre o Milagre cf. Assis e Tavares (1985), os autores relatam como o ministro Delfim Neto desenvolveu uma política de estímulo à entrada de créditos externos coadunada com relações de favorecimento pessoais (grupos econômicos e apadrinhados). O discurso: “Só posso trabalhar para 60% da população, os 40% (miseráveis) não são problema meu” e a classe média deve ficar onde está” Concentrou renda, propriedade e deixando os miseráveis abandonados à sorte (Cf. Elio Gaspari, 2002).

¹⁹ Embora tenha sofrido duras críticas, o Sistema ainda é referência para algumas das ações que são implementadas atualmente. Pode ser interpretado como um processo de ‘naturalização’. Por exemplo, persiste como fonte de recursos o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), criado em 1967 (Ipea, 2007).

²⁰ Eram os governos estaduais e municipais que definiam as obras, mas os projetos deveriam seguir os critérios do BNH. Dentre os objetivos dos investimentos para habitação popular com recursos do FGTS, constavam ainda outros itens, como, por exemplo, a promoção da “melhor distribuição geográfica dos investimentos atenuando os desníveis regionais e o ímpeto (...) migratório para as metrópoles”, “a eliminação (...) **da promiscuidade das favelas**” e “*o aumento do investimento nas indústrias de construção civil, de materiais de construção e bens de consumo duráveis* (...)” [Santos, 1999 apud IBMEC, 1974, p.20 e 21]. Esse era o discurso oficial do governo, o que demonstra uma visão preconceituosa para com a população de baixa renda

²¹ Um sintoma da desestruturação foi a constante mudança ministerial: em março de 1985 desmembrou o Ministério do Interior e criou o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-ambiente (MDU), em outubro de 1987, transformou-o em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio-ambiente (MHU); em setembro de 1988, este se transformou em Ministério de Habitação e Bem-estar Social (MBES). O MBES coordenava a **política de habitação e assistência social** que incluía órgãos como a LBA e uma Secretaria Especial de Ação Comunitária. Mas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento voltam para o Ministério do Interior, separando habitação e “desenvolvimento urbano”. Repetiam o desgastado II PND (1979). Em 1989, todos os órgãos do mesmo retornaram ao Ministério do Interior. Apenas uma novidade, criou o Conselho Curador do FGTS no Ministério do Trabalho e Previdência Social, disciplinou a aplicação dos recursos do fundo pela Caixa. (Souza 1992; Santos, 1999).

²² Essa equivalência entre participação e eficácia vai ser parte do discurso governamental nos anos que se seguem em diversos espaços públicos. Luciana Tatagiba (2006) vai se referir a uma democracia gerencial, sobretudo depois da constituição de 1988. Feltran (2006) vai identificar este discurso em falas de partidos e movimentos.

populações pobres nas periferias das cidades). **Os programas passam a ser em pequena escala e pulverizados.** Obviamente, tem relação com a desaceleração na produção mundial. Ao passo que o governo brasileiro não tem uma política urbana efetiva, os problemas e as mobilizações sociais nas cidades vão se avolumando (POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, 2004 p. 9; Lorenzetti, 2001; Santos, 1999). Dentre as mudanças no aparato estatal, ao longo da década de 80, destacamos a incorporação de técnicos simpatizantes dos movimentos (Cardoso, 1989). Como também é o tempo em que as ONGs “cidadãs” passam a atuar junto aos movimentos “populares”, formando uma trama social ampla e multifacetada, “mas é uma trama que vai como que mapeando e explicitando campos diversificados de conflito. Fazendo circular a linguagem dos direitos, desprivatiza carências e necessidades” (Telles, 2006 p.140). Nesse período, inicia-se a “ênfase nos valores da participação e da democracia direta”, por isso ganha força a defesa de Conselhos Populares (Gohn, 2001; Santos Jr, 1995 ; Tatagiba, 2002; Ruscheinsky, 1996 p. 160). Como afirma Telles (2006 p. 139), em meio a uma cultura política em que direitos são privilégios de poucos, a instituição de “espaços públicos nos quais as diferenças possam se expressar e se representar em uma negociação possível” é a “utopia democrática” (Santos, 2003; Oliveira, 2003; Dagnino, Olvera, Panfichi, 2006). Embora, para outros revolucionários, isso não passe de reformismo com chances de cooptação.

Particularmente, a “necessidade” de participação e de políticas públicas universais vai ganhando força no âmbito do discurso do Movimento pela Reforma Urbana (Santos Jr., 1995) e, para alguns, é a luta possível (e necessária)²³, como um caminho para tornar as demandas populares legítimas (“racionais e evidentes”). Há uma preocupação em estar dentro dos limites de compatibilidade da política tal como ela está institucionalizada. Vai se tornar importante garantir primeiro a legislação para, posteriormente, lutar pela sua implementação.

Uma mudança no discurso clientelista acontece nos anos 90 com a consolidação do discurso neoliberal. A partir da lógica do estado gerencial, os “pobres” se tornam uma “clientela”, que merecem alguma intervenção estatal pontual. Mas, como as políticas sociais são tidas como ‘gastos’, os recursos são diminutos (Santos, 1999; Vasconcelos e Cândido Jr, 1996). Para habitação o período se caracterizou pela existência de programas pontuais que priorizaram o mercado e os setores de renda mais alta (Lorenzetti, 2001). Resultado: o problema aumentou. Além disso,

²³ Oliveira (2003 p. 78) afirma que os Conselhos vão aparecer na Comuna de Paris; em 1905, nos *soviets*; em 1918, nos Conselhos de Operários na Alemanha. Assim, há uma memória coletiva na tradição dos revolucionários que faz a equivalência entre conselhos e mudança.

segundo os depoimentos dos entrevistados, o governo de FHC (1995-2002) teve uma atitude de “desprezo” e de criminalização dos movimentos sociais (Tadei, Seoane, Algranati, 2005)²⁴.

Do lado dos revolucionários, predomina um desencantamento com as possibilidades de mudança, segundo Druck (2006) aprisionado à visão de inexorabilidade do neoliberalismo. Há, nos depoimentos dos nossos entrevistados, um sentimento de cansaço pelas constantes perdas e entraves colocados pelo Poder Público no atendimento de suas demandas. Em certo sentido, as lutas foram redimensionadas para “melhorias no capitalismo”. O discurso “propositivo” (ou pragmático) foi sendo constituído em torno de soluções que eram consideradas “possíveis” naquele contexto (Druck, 2006). Nas diversas redes movimentistas o discurso da “necessidade” de políticas públicas universais e com participação popular se contrapõe à lógica clientelista que ainda persiste.

4.1 O GOVERNO LULA

Ao longo da década de 90, a eleição de Lula simbolizava a possibilidade de mudança. A vitória de Lula foi um momento de catarse dos agentes da tradição revolucionária. Ao assumir o governo, a primeira decepção para os movimentos e sinal verde para empresários nacionais (conservadores) e investidores externos foi a “reforma da previdência”. Segundo Paulani (2003 p. 62), a reforma fazia parte de um acordo com o FMI, assinado em 2002. Para Oliveira (2006), a prioridade do governo é atender aos interesses do capital estrangeiro e as políticas sociais podem ser compreendidas sob o rótulo de um “populismo emergente”. Nesse sentido, “o carisma do presidente tem atuado como um poderoso anestesiante sobre as demandas populares que cresciam sob o governo FHC, e opera uma espécie de seqüestro da sociedade organizada” (p. 29), causando perplexidade em antigos aliados e opositores (p.30).

No âmbito das políticas sociais o governo Lula aumentou o número de Conselhos Nacionais²⁵ de acordo com o discurso da “construção democrática e republicana das políticas públicas” (Feltran, 2006 p.373). O significado preponderante é traduzido pela necessidade de *desenvolvimento social* que *somente é possível* pela criação de consensos na relação “necessária” entre Estado, mercado e sociedade civil (incluindo amplamente o terceiro setor, o braço social das

²⁴ Segundo esses autores, esse é um fenômeno que tem sido comum na América Latina. Nas nossas pesquisas em Maceió e Recife, além da pesquisa em jornais do Brasil, são recorrentes as prisões e processos que as lideranças dos movimentos são acusadas, entre outras coisas, de ‘formação de quadrilha’. Nesse sentido, podemos falar de reconfiguração no discurso que desqualifica os pobres como sujeitos de direitos. Diante da legislação conquistada pelos movimentos, outras brechas na lei vão sendo encontradas, mas o cerne do discurso se mantém.

²⁵ Para ilustrar a crença do governo no argumento pudemos contabilizar que entre 2003 e 2006 (Portal da Presidência), de um total de 31 Conferências, 14 estavam em sua primeira edição.

empresas) para superação das desigualdades através de conselhos e conferências. É o discurso da **negociação** entre os diversos setores da sociedade para criar instâncias em que os **conflitos possam ser resolvidos de forma democrática**, e, de alguma forma, baseado na crença de convencer os empresários das demandas populares. Para Boito Jr (2006), o discurso é proveniente da articulação sindical, tendência que tem dominado a CUT, nos últimos anos²⁶. A “negociação” tem um sentido de criação de espaços públicos para “construção de consensos”: Conferências. Estas seguem o *modus operandi* dos Congressos das Centrais.

O movimentos sociais articulados no Fórum de Reforma Urbana interpretam o momento do governo Lula como uma “oportunidade política” de negociação e de implementação de seus projetos. As negociações esbarram nas relações de poder. O PT ao assumir o governo vai submeter seu programa às **negociações** do mundo da política e às alianças para “garantir a governabilidade”. As ambigüidades não tardam a aparecer: “Criando um “enigma está mesmo profundamente entranhado no próprio governo”, provavelmente nas subjetividades dos que estão na gestão. Aponta, para uma **concepção ingênua e simplista do consenso**, idealizado na figura da **“negociação”**. Essa **“negociação”** idealizada esconde a fraqueza do governo frente ao empresariado e às forças políticas conservadoras. Quando se trata de matéria que abala a correlações de força, simplesmente não há “negociação” (Oliveira, 2006, p. 31). O sentido de “negociação” se esvazia pois pode representar a face democrática do governo, pode ser uma visão ingênua, pode ainda ser vista como a possibilidade de construção de “parcerias” entre setores públicos e privados para implementação das políticas públicas.

Nessa aposta na “inserção institucional se construiu o discurso da “necessidade” das Conferências e Conselhos (particularidade que assume função de universalidade). E na conjuntura atual é vista como a forma mais democrática “possível”. No discurso de alguns “visa a construção de **políticas de estado** substituindo as **políticas de governo**”, esse texto que está na fala da Secretária Nacional de Habitação e já estava nos documentos de criação do PT (Ruscheinsky, 1996). A busca por negociações pode ser lida como uma mudança no patamar da cultura política tradicional, mesmo que contenha recuos e ambigüidades (que são intrínsecas a todo processo decisório). Esta aparece como uma forma de poder e de pressão que os revolucionários podem fazer. Mesmo que não seja exatamente assim, já que existem outros sujeitos no jogo político. Mas, de alguma forma, podemos considerar como a construção de um poder público mais democrático, sobretudo se comparáramos com os parâmetros inscritos na cultura política tradicional de aversão

²⁶ Boito Jr faz uma análise do discurso dos sindicalistas do ABC, em suas mudanças. Segundo ele, há uma identificação com o “estado de bem-estar social” na década de 80. No início das lutas (anos 70) e nos anos 90 há uma predominância de economicismo, dispensando o estado e os direitos adquiridos, com ênfase na negociação coletiva e ilusão da democracia dos fundos de pensão.

aos movimentos sociais. Os agentes envolvidos acreditam ser um caminho importante para gestão da coisa pública para que se criem parâmetros universais e se inscrevam como direitos na cultura política. Em certo sentido, as tais conferências criam um espaço público de debates e possibilidades de proposições (Dagnino, 2002). Em termos de mudança, para os agentes dos movimentos, há uma mudança qualitativa importante que é o “reconhecimento e autonomia na relação com as agências estatais”, há um ganho político. Nesse discurso, os Conselhos e as Conferências não são as instâncias de decisão política, mas de construção coletiva de demandas que vão interpelar o “sistema político”. Os revolucionários que participam acreditam que, dessa forma, constroem o poder popular (Santos, 1998), pois não abdicam da sua livre expressão, mesmo que sofram ameaças constantes.

Assim, no governo Lula, uma das mudanças no patamar de cultura política se dá no tratamento em relação aos movimentos. Em Marx, a emancipação política é a forma limitada da emancipação plena. Como no Brasil nem a emancipação política conseguiu se tornar significativa no imaginário político (cultura política), então a emancipação política parece ser o impulso das lutas sociais para garantir patamares mínimos de direitos e cidadania ainda não efetivados. Parece que esse *mínimo* tem dificuldades em se sedimentar, devido ao autoritarismo, às vezes velado.

O jogo das relações sociais que se estabelece no Conselho das Cidades é complexo. Nesse caso, envolve agentes capitalistas, governamentais e dos movimentos. O poder é sempre um poder limitado pelas relações em que estão inseridos. Esse jogo é de grande instabilidade e suas fronteiras são oscilantes. E os agentes dos movimentos percebem essa instabilidade embora, em sua concepção (e desejo), os seus interesses/demandas são sempre os mais importantes, os mais universais, os mais legítimos. Por isso, acreditar nos conselhos representa, para os agentes dos movimentos, muito mais o ponto de partida²⁷ de um processo de democratização do que a sua consolidação, devido aos “discursos conservadores” inscritos na cultura política. Em seus documentos e falas insistem na criação de *uma nova cultura*²⁸.

Partindo do discurso que estabelece equivalências entre políticas públicas, justiça social, através da democracia participativa, uma grande conquista da rede movimentos de Reforma

²⁷ No documento do Concidades está expresso que ainda existem “desafios” para implementação desse conjunto de leis e orientações, que vão depender do conjunto dos órgãos do Governo Federal, dos entes da Federação e sujeitos sociais que atuam no urbano. E vêem as Conferências como o início da ‘pactuação’. Nesse discurso, essa política também depende de ampliação das fontes de financiamento, em todos os entes federativos. A proposta é construir “um planejamento em escala nacional”, sempre partindo de “novos marcos legais de gestão pública e de cooperação entre os entes federados”, faz lembrar as idéias dos planos inscrita em diversos governos, guardadas devidas diferenças.

²⁸ A partir da Constituição de 1988, vimos proliferar diversos espaços de “participação” que conseguiram êxito na elaboração de leis e normas que alteram o patamar da cidadania. Mas existem diversas dificuldades apontada pelos analistas (cf. Oliveira, 2003; Gohn, 2007) na implementação do tal controle social. Essa implementação passaria por uma incorporação das noções de direito afirmadas nessa legislação, tanto do ponto de vista do Estado, quanto da sociedade. Não é à toa que Gohn (2001) vai chamar esse período como a era dos direitos para os movimentos sociais.

Urbana foi a criação do Ministério e do Conselho das Cidades, no início do governo Lula. Esta mudança institucional fez colocar na agenda política temas como reforma urbana, articulando política habitacional e política de desenvolvimento urbano, criando o Fundo Nacional, uma proposta dos movimentos desde 1991. Ao longo dos governos de Lula, tem aumentado significativamente o volume dos recursos redirecionando-os para a população de baixa renda, mas também aliviando os impostos dos empresários. As mudanças vão sendo paulatinas, com indas e vindas, com ambigüidades, no jogo das forças políticas. Em termos da política urbana, trata-se de um governo que está fazendo o esforço em relação à constituição de uma política nacional de desenvolvimento urbano e tenta recuperar o “déficit institucional”, mas convive com os entraves da cultura política (práticas clientelistas recorrentes, superfaturamentos, propinas).

Algumas disputas no Conselho das Cidades vão expressar as ambigüidades do governo Lula. O debate em torno da aceitação (ou não) da parceria entre poder público e empresas privadas para o saneamento. As disputas para nomeação do Ministro. Disputas para aumentar os recursos ou ainda para que se cumpra os parâmetros de desenvolvimento urbano constituídos pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. Em todas essas disputas os movimentos tiveram que ceder em muitos pontos já que a decisão final não cabe ao conselho. Em alguns casos se articulam com os empresários para obter suas demandas. Dois grandes dilemas revelam ambigüidade no discurso do referido Fórum. O primeiro é o embate entre propor “desenvolvimento urbano” desarticulado, em certa medida, da concepção de “desenvolvimento” mais ampla. Embora o governo fale em “desenvolvimento social” há muitas ambigüidades e persistências do neoliberalismo. Uma prática que persiste é qualidade das moradias (o menos mal possível).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a política habitacional para população de baixa renda possibilita ao governo agradar a movimentos populares, população de baixa renda e empresários do ramo imobiliário. Do lado dos movimentos, os agentes acreditam que têm logrado obter o acesso à moradia, mas não o direito à cidade. Em contextos de extrema pobreza isso aparece como “vitória”, constituindo-se como uma referência importante na memória coletiva das lutas por moradia. Essa memória discursiva é “base” para convencer e conseguir adesões porque há legitimidade (racionalidade) nas suas reivindicações. E, de alguma forma, as reivindicações também foram se “naturalizando” para tais agentes. Significa afirmar que as lutas “populares” por moradia poderiam até ser diferentes se partissem de outro princípio de leitura do real. Entretanto, foi a partir dessa memória coletiva que se sedimentaram as imagens: “obrigação do estado” e “direito dos/das cidadã(o)s”. É esse campo

de discursividade (enquanto leitura do real) que serve de referência para os discursos nos quais se inscrevem as reivindicações dos “movimentos sem-teto”.

Percebemos ainda que, ao longo da história das lutas do que se convencionou chamar movimentos sociais urbanos, instituiu-se uma crença de que estes seriam protagonistas da mudança, como uma etapa para a construção da revolução socialista (Castells, 1983a; Lojkin, 1981). Esse princípio de leitura move alguns dos militantes desses movimentos (inclusive alguns dos nossos entrevistados), embora não consigam convencer outros agentes que compõem o movimento. Tal como no MST (Bezerra, Lacerda, Malagodi, 2007), a concepção de “luta de classes” é restrita a uma minoria porque esbarra na cultura política. E ainda uma “bandeira de luta” é compreendida pelos agentes de diferentes formas. Segundo nossa observação dos movimentos dos trabalhadores sem-teto, podemos distinguir pelo menos três interpretações das suas lutas: (1) a meramente instrumental; (2) a defesa da necessidade de políticas públicas; ou (3) como etapa para o socialismo (Rodrigues, 2002). As lideranças dos movimentos se movem a partir de esperanças de mudança social e permanecem acreditando que dar as casas pode ser uma etapa para essa mudança. Por outro lado, a lógica dos favores faz com que tanto políticos quanto líderes dos movimentos continuem sendo vistos como “provedores”, criando uma clientela. A cultura política é muito forte e permeia todas as relações sociais (pedagogia do oprimido, freire). Nesse contexto, os movimentos acabam por optar pelas lutas possíveis a cada conjuntura política.

Na atual conjuntura, tem sido fundamental a atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana com o discurso de uma política de desenvolvimento urbano, com justiça social e democracia participativa. Essa *rede movimentalista* (Mutzenberg, 2003) construiu sua agenda de reivindicações a partir das noções de cidadania, políticas públicas e direitos sociais (Rolnik, 1996). O discurso dos *direitos sociais* se ancora no imaginário moderno ocidental de estado e mercado. A partir deste, constituiu-se a “necessidade” de políticas públicas, compreendidas como a forma do Estado intervir como regulador, um imaginado provedor do “bem comum”, como supunham os contratualistas. Acreditamos que esta memória discursiva serve de referência para os múltiplos agentes envolvidos na construção das políticas públicas (movimentos sociais, ONGs, empresários, políticos e agências internacionais), muito embora isso não implique numa homogeneidade pois os mesmos significantes são usados com diferentes significados, nos diferentes contextos.

Referências bibliográficas

- o ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). **Mata e Palmares nas Alagoas**. Arapiraca: EDUAL, 2004. 145p. (Coleção História de Alagoas)
- o ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **A política social no governo Lula**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dcp/docentes/almeida>>. Acesso em: 14/01/2008.
- o ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 538p.
- o ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos cabanos**. Recife: UFPE, 2005. 305p.
- o ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Civil Society and Social Theory. **Thesis Eleven**, London, n. 21, 1988.
- o ARAÚJO, Fátima; VICENTE, Pedro. **Pedro Bela: ocupando espaços na luta por um teto**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2002. 100p.
- o ARISTÓTELES. **Poética, organon, política, constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)
- o ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.431-458, 2002.
- o ASSIS, José Carlo; TAVARES, Maria da Conceição. **Grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- o ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.
- o ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
- o ATHAYDE, Adriano Souza de. **Cidade de Iona: uma luta por moradia**. 2008. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- o AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004. p.11-58.
- o AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v.10, n.28, p.109-122, jun. 1995.
- o BAQUERO, M. (Org.). **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Centro Universitário La Salle, 1999.
- o BAQUERO, Marcello. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Org.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre: UFRGS: La Salle, 1998. p.13-29.
- o BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (Ed.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235-264.

- o BOITO Jr., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: CAETANO, Gerardo (Coord). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em La historia reciente de America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 271-296.
- o BRASIL. Governo Federal. Ministério das Cidades. Secretaria-Executiva do Conselho das Cidades. **Conselho das Cidades: um exercício de gestão democrática**. Brasília: Imprensa Oficial, 2005. 40p.
- o BURITY, Joanildo A. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos**: relatório de pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. Mimeografado.
- o _____. Cultura e cultura política: sobre retornos e retrocessos. **Revista de Ciências Sociais-UFCE**, Ceará, v.33, n.1, p.7-31, 2002b.
- o _____. CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Estado e espaço urbano no Brasil: do planejamento modernista às intervenções democráticas. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004. p. 215-256.
- o CALDERÓN, F.; JELIN, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas teóricas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n.5, p.67-85, out. 1987.
- o CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina: revisão teórico-metodológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.27-50, 1987.
- o CARNEIRO, D.; VALPASSOS, M. **Financiamento à habitação e instabilidade econômica**: experiências, desafios e propostas para a ação futura. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 200p.
- o CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983a. 506p.
- o _____. **The city and the Grassroots**: a cross cultural theory of urban social movements. Berkeley, California: University of California Press, 1983b. 450 p. (California Series in Urban Development, 2).
- o CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas teóricas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n. 5, p.67-85, out. 1987.
- o CALLINICOS, A. **Social theory**: a historical introduction. Nova Iorque: New York University Press, 1999.
- o CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1-2, p. 53-58, abr. 1982.
- o _____. Movimentos sociais na América Latina: revisão teórico-metodológica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.27-50, 1987.
- o _____. A trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- o CARVALHO, Aline; FUNARI, Pedro. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 74p. (Coleção Descobrindo o Brasil)
- o CARVALHO, Ana Paula Soares. Reforma urbana no Brasil: a inteligência e o Estatuto da Cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE: Grupo de Trabalho "Cidades e Processos Sociais", 2007, 13p. Mimeografado.
- o CARVALHO, Cícero Péricles de. **Alagoas 1980-1992: à esquerda em crise**. Maceió: EDUFAL/LUMEN/ENGENHO, 1993.
- o CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p.
- o CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Org.). **A construção da democracia na América Latina**:

- estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: UFRGS: La Salle, 1998. p.30-49.
- o CAVALCANTI, Robinson. **As origens do coronelismo**: força armada e poder local no estado patrimonial brasileiro. Recife: UFPE, 1981.
 - o CHAUÍ, Marilena. As raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 - o COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n.35, p. 121-134, fev. 1997.
 - o COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.47, p. 179-192, mar. 1997.
 - o COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 318p.
 - o CRITCHLEY, Simon. Is there a normative déficit in the theory of hegemony? In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (Ed.). **Laclau**: a critical reader. London: Routledge, 2006. p.113-122.
 - o _____ DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.9-16.
 - o _____ DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.279-302.
 - o DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas, SP: Unicamp: São Paulo: Paz e Terra, 2006. p.13-92.
 - o DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda da América Latina. In: ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p 61-102.
 - o _____ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 - o _____ . **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
 - o DEZ anos de Prezeis: uma política inovadora de urbanização no Recife. Recife: ETAPAS: Centro Josué de Castro: FASE, 1999.
 - o _____ DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004. p.123-196.
 - o DOIMO, Ana Maria. **Movimento popular no Brasil pós-70: formação** de um campo ético-político. 1993. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
 - o _____ . **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. 116p.

- o DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **Osal - Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n.19, jul. 2006. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.br/ar/ar/libros/osal19/debatesdruck.pdf>> Acesso em: 02/05/2008.
- o ESCOSTEGUY, Ana. Estudos culturais: uma introdução. In: JONHSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana; SCHULMAN, Norma. **O que é afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.133-166. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva.
- o FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas, SP: Unicamp: São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 371-415.
- o FONTES, Breno. **Políticas de planejamento urbano e segregação espacial**: o município do Recife na década 1970-80. 1986. 447f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.
- o _____. Clientelismo urbano e movimento popular: a construção de redes de poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.81, 1995. p 119-155.
- o FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ed. Lech, 1979.
- o FOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995. 145p.
- o FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**: (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.
- o FREHSE, Fraya. Repensando interpretações sobre a urbanização paulistana de fins do século XIX. In: FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de Fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2005. cap.1, p.45-92.
- o FREI BETTO. **A mosca azul**: reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. 317p.
- o FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101p.
- o GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 417p.
- o GIST, Noel; FAVA, Sylvia Fleis. **Sociedad urbana**. Barcelona: Omega, 1973.
- o GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.190p.
- o _____. **Movimentos sociais e ONGs no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997a. 172p.
- o _____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997b. 383 p.
- o _____. **História dos movimentos e lutas sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 213p.
- o _____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da Nossa Época, 84)
- o _____. **Educação não-formal e cultura política**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120p. (Questões da Nossa Época, 71)
- o _____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo, Cortez, 2005. 120p.
- o _____. GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. cap. 1, p.3-23.
- o GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

- o HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p.161-197.
- o HOWARTH, David. **Discourse**. Philadelphia: Open University Press, 2000.166p.
- o IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2004. 350p.
- o JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos. In: **O QUE se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986, v.1.
- o JACOBI, Pedro. Movimentos reivindicatórios urbanos, estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil. In: LARANGEIRA, Sonia (Org.). **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990. p 220-244.
- o JONHNSON, Richard. O que é afinal, estudos culturais? In: JONHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana; SCHULMAN, Norma. **O que é afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 7-132. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva.
- o KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro; KOWARICK, Lúcio; VALLADARES, Lícia do Prado, et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.30-48.
- o KRISCHKE, Paulo. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: Papirus, 2003.
- o KRISCHKE, Paulo; SCHERER-WARREN, Ilse. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 297 p.
- o LACLAU, Ernesto. Identity and hegemony: the role of universality in the constitution of political logics. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left**. London: Verbo, 2000. p. 44-89.
- o LACLAU, Ernesto. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (Ed.). **Laclau: a critical reader**. London: Routledge, 2006. p.279-328.
- o LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Beyond the positivity of the social: antagonisms and hegemony. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. 2.ed. London: Verbo, 2001. p.93-148.
- o LACLAU, Ernesto. Identity and hegemony: the role of universality in the constitution of political logics. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left**. London: Verbo, 2000, p. 44-89.
- o LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo. In: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990. p.19-99.
- o LACLAU, Ernesto. Poder e representação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 7, p. 7-28, dez. 1996. Tradução de: Joanildo Burity.
- o LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180p. Tradução de: Maria Helena Ramos e Marilena Jamur.
- o LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova praxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p.7-32.
- o LÊNIN, V. L. **O que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- o LIMA, Erich Celso de Macedo. **Políticas Federais de Habitação no Brasil (1930-2005): Marcos Históricos e Institucionais**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2007.

- o LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337p.
- o LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, jul. 2001. 26p.
- o LÜCHMANN, Lúcia; SCHERER-WARREN, Ilse. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil: introdução. **Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v. 1. n. 5., p. 11-34, 2004.
- o LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Escorpião, 1974. Tradução de Telma Costa.
- o MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília, et al. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- o MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In: BURITTY, J. (Org.) **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p 65-104.
- o MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- o MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n.5, p.69-91, out./dez. 1995.
- o MATTELART, Armand; NEVEAU, Érik **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004. 215p. Tradução de: Marcos Marcionilo.
- o MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Great Britain: Anchor Press, 1989.
- o _____. **Challenge codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- o MELUCCI, Alberto. **O Jogo do Eu**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.
- o MOISÉS, Jose Álvaro (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- o MOISES, Jose Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995. cap. 4-5, p.83-158.
- o MOISÉS, José Álvaro. O estado, as contradições urbanas, e os movimentos sócias. In: MOISÉS, José Álvaro; KOWARICK, Lúcio; VALLADARES, Lúcia do Prado, et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.14-29.
- o MOUFFE, Chantal. **Politics and passions: the stakes of democracy**. London: Centre for the Study of Democracy, 2002.
- o _____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, n. 3, p 11-26, out. 2003.
- o MOURIAUX, René; BEROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova praxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 159-173.
- o MUTZENBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social**. 2002. 233f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

- o MUTZENBERG, Remo. Identidades e movimentos sociais numa sociedade indomável. **Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, ano 19, n. 19, p.39-58, out. 2003.
- o OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 150p.
- o _____. O momento Lênin. **Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p. 23-47, jul. 2006.
- o OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. 221p.
- o ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 148p.
- o OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed). Cultura política. In: _____. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- o PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.(Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p 103-148.
- o PARCELAMENTO do solo urbano: audiências públicas e legislação. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 166p. (Série Ação Parlamentar; n. 230)
- o PAULINI, Leda Maria. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.23, n.4, p.58-73, out.-dez. 2003.
- o PICKVANCE, Chris. From urban social movements to urban movements. **IJURR**, v. 27, n 1, p. 102-109, 2003.
- o PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- o POLLACK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- o PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 142p.
- o QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-95.
- o RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 47-70.
- o RANK. In: CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Larousse: Artes Médicas, 1995.
- o RICCI, Rudá. **Associativismo paulistano e cultura ambivalente**. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004. p.59-104.
- o RODRIGUES, Cibele. Los movimientos sin techo: uma perspectiva teórica. In: RODRIGUES, Cibele. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)**, para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002.145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- o _____. **Um olhar sobre a produção dos movimentos sociais no Brasil**, nas décadas de 80 e 90. 1999. 52f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- o RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as idéias fora do lugar. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-67, 2007.
- o RUSCHEINSKY, Aloisio. **Movimento de moradia e partido dos trabalhadores**. 1996. 301f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- o SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 195p.

- o SALDANHA, Alberto. Movimento Estudantil: de onde veio para onde vai? **Revista do CHLA**, Maceió, ano 8, n 9, p. 41-45, jan. 1995.
- o SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ano 9, n.25, jun. 1994.
- o SANTOS, Boaventura de Sousa. Novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto, SETUBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p.174-189.
- o _____. Para uma nova teoria da democracia. In: MOLINA, Mônica; SOUSA JR., Jose Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (Org.) **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília, UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 79-85. (Série O Direito Achado na Rua, v. 3).
- o SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82. (Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos, 1)
- o SANTOS, Cláudio Hamilton. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: Rio de Janeiro:IPEA, 1999. 32p. (Texto para discussão, n. 654). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- o SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A anomalia democrática: adolescência e romantismo na história política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998.
- o _____. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 200p.
- o SCHERER-WARREN, Ilse.**Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, EdUFSC, 1984.
- o _____. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Política & Trabalho**. João Pessoa, ano 19, n. 19, p. 29-38, 2003.
- o SCHMIDT, Benício V.; FARRET, Ricardo L. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 91p. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).
- o SEOANE, José; TADDEI, Emílio; ALGRANATI, Clara. The new configurations of popular movements in Latin America. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (Ed.). **Politics and social movements in an hegemonic world: lessons from Africa, Asia and Latin America**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 221-244.
- o SILVA, Carla Almeida. Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o fórum Nacional de Reforma Urbana. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.143-185.
- o SILVA, Luís Gonzaga da. A luta pela moradia popular. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.10, jun. 2000. p.157-172.
- o TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.47-104.
- o TATAGIBA, Luciana. Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política sob o marco da democracia gerencial. O caso do projeto rede criança em Vitória/ES. In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas, SP: Unicamp: São Paulo: Paz e Terra, 2006. p.137-178.

- o TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004. p.323-370.
- o TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Identidades em construção**. São Paulo: Annablume: FAPESP: Instituto Pólis, 2003. 208p.
- o TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006. 194p.
- o TELLES, Vera da Silva; PAOLI, Maria Célia. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- o THIESEN, Icléia; SANTANA, Marco Aurélio. O (im)possível esquecimento e os processos de resignificação da memória social. In: Usos do passado – Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 12. 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. Disponível em:<
<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Icleia%20Thiesen%20e%20Marco%20Aurelio%20Santa%20na.pdf>> Acesso em: 02/05/2008.
- o TORFING, Jacob. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. cap. 4-5, p.84-119.
- o TOURAINE, Alain. An introduction to study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 749-787, winter 1985.
- o VASCONCELOS, José Romeu; CÂNDIDO JR, José Oswaldo. **O problema habitacional no Brasil**: déficit, financiamento e perspectivas. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, abr. 1996. 42p. (Texto para discussão, n.410) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- o VITULLO, Gabriel. Saindo do marasmo acadêmico. In: BAQUERO, M. (Org.). **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. p 31-46
- o WANDERLEY, Luis Eduardo. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 53-80.

- o WALTON, J. Urban conflict and social movements in poor countries: theory and evidence of collective action. **International Journal of Urban Regional Research**, Oxford, v. 22, n 3, p. 460-181,1998.
- o WEBER, Marx. **Economia y sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1977. cap. 9, part.8, p.938-1046.
- o ZARETSKY, Eli. Identity theory, identity politics: psychoanalysis, marxism, poststructuralism. In: CALHOUN, Craig (Ed.). **Social theory and the politics of identity**. Cambridge: Mass: Oxford: Blackwell, 1994. p. 198-215.
- o ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p.198-207.